MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 7ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE DA CONVENÇÃO DE MINAMATA DA COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA QUÍMICA - CONASQ

Data: 27 de agosto 2025.
Local: Plataforma Teams (reunião online)
Coordenação da Reunião: Thaianne Resende e Camila Boechat (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA).

Objetivo: A reunião teve como foco principal a **atualização do status das ações** e projetos em andamento relacionados à Convenção de Minamata, incluindo monitoramento ambiental e de saúde humana, a destinação de resíduos de mercúrio e o inventário de emissões. Foram discutidos os preparativos e a posição do Brasil em relação à próxima Conferência das Partes (COP 6), com ênfase na **questão do amálgama dentário** e na **proposta de um Plano de Ação Nacional para a Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE)**.

1. Abertura e Apresentações Iniciais

A reunião foi iniciada pela coordenação (Thaianne Resende e Camila Arruda Boechat, MMA), destacando o objetivo de **implementar as ações da Convenção de Minamata** sobre Mercúrio. Thaianne Rezende (MMA) enfatizou que o GT é um momento de articulação crucial para a gestão do mercúrio no país.
Thaianne Rezende (MMA) destacou a importância do Grupo de Trabalho para a coordenação e gestão do mercúrio no Brasil, facilitando a real implementação da Convenção de Minamata. Informou que todas as informações, documentos e apresentações inerentes às reuniões do GT estão sendo disponibilizados no site do MMA.

Apresentação de Membros:

G. Salomão (PRF) participa representando David e Tamires, os responsáveis pela pasta na Polícia Rodoviária Federal.

Marcus Cristian Muniz Conde (Coordenação Geral de Saúde Bucal/MS) participa por indicação do coordenador Edson Allan e voluntariou-se para seguir participando das reuniões do GT.

Luciano Teixeira (CFO) participa como suplente.

Aprovação de Pauta e Ata da Reunião Anterior

A pauta prevista incluía a atualização das ações do MMA (utilizando a planilha), o plano de mitigação da WWF, o plano de ação para MAPE (MME), atualização do inventário de emissões, e relatos sobre a COP 6 e a agenda do GRULAC.

Cândida Maria De Oliveira Virgens Paim (IBAMA) solicita a inclusão de um ponto específico sobre lâmpadas.

Maria Elena Crespo Lopez (UFPA) menciona ter enviado atualizações para a planilha de ações.

Jeffer Castelo Branco (ACPO) solicita a correção de sua afiliação na ata anterior de TOXISPHERA para ACPO.

Zuleica Nycz (TOXISPHERA) menciona um relatório do relator especial Marcos Orellana que propõe modificações nos Artigos 2 (definições), 3 (fornecimento e comércio) e 10 da Convenção de Minamata.

João Paulo de Sousa Vieira (MRE) esclarece que emendas ao texto da Convenção e seus anexos devem ser apresentadas com seis meses de antecedência à COP.

Plano de Ação Nacional para Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE)

Paulino Da Silva Marinho (MME) e Mariana de Araujo Ferreira (MME) apresentaram o desenvolvimento do projeto "Ouro sem Mercúrio" e a elaboração da minuta do Plano de Ação Nacional (PAN).

O Panorama Nacional e o PAN:

• O Panorama Nacional, composto por 10 volumes temáticos, foi lançado em 30 de junho e serve de base para a elaboração da minuta do Plano de Ação Nacional.

• A missão institucional do MME é garantir que a atividade extrativa ocorra de forma legal, bem regulada e socioambientalmente responsável. O MME estimula a atividade legalizada e rastreada, enquanto atua tecnicamente no apoio ao combate à mineração ilegal.

• O PAN será ousado, prevendo o abandono do uso do mercúrio na extração do ouro por pequenos mineradores. As estratégias incluirão: propor a rastreabilidade do ouro, abertura de mercado, combate à utilização e exposição ambiental do mercúrio, e combate aos seus efeitos nas pessoas e no meio ambiente.

Metodologia do Panorama e Desafios:

• O projeto visitou 10 das 16 principais regiões garimpeiras do Brasil, cobrindo oito dos 10 estados com atividade minerária. Todas as atividades visitadas foram garimpos legais, possuindo autorização da ANM e licenciamento ambiental válido à época da visita.

• Foram entrevistadas 1145 pessoas, incluindo 1051 garimpeiros e 51 gestores.

• Os consultores apontaram lacunas na legislação, inexistência de normas harmonizadas de gestão e manejo do mercúrio, e insegurança jurídica. A cooperativização é vista como uma estratégia central para formalização e ganho de escala.

• O panorama estima cerca de 200.000 garimpeiros, afetando aproximadamente 6,3 milhões de pessoas em regiões garimpeiras. Há um problema de segurança pública devido à crescente exploração do crime organizado no fornecimento de insumos e apropriação de áreas.

• Os desafios de saúde incluem a subnotificação dos casos de intoxicação e a disponibilidade limitada de recursos para monitoramento.

• Alternativas: O trabalho trata de alternativas ao uso do mercúrio (como micro-ondas e pau-de-balsa), mas enfatiza que as tecnologias devem levar em conta o posicionamento remoto das populações.

Lócus de Debate e Prazos:

Paulino Da Silva Marinho (MME) afirma que o MME está definindo o lócus de debate e aprovação. A complexidade do plano, que será multi-ministerial e deve durar mais de uma década, pode exigir uma estrutura institucionalmente mais elevada do que o GT Minamata, com permanência para além dos ciclos eleitorais.

Paulino Da Silva Marinho (MME) menciona que o MME planeja encaminhar um ofício circular aos ministérios na próxima semana (após 27/08) para convidar ao debate da minuta. O mecanismo de debate deve ser aprovado antes da COP 6.

Legalidade do Uso do Mercúrio:

Zuleica Nycz (TOXISPHERA) questiona como garimpos podem ser legais se utilizam mercúrio, cuja importação foi restringida desde 2018.

Mariana de Araujo Ferreira (MME) esclarece que não há uma lei que proíba o uso de mercúrio no Brasil. A situação atual é resultado de "anos e anos de uma política divergente". O plano visa justamente convergir políticas, pois a criminalização isolada pode levar os mineradores a enterrarem o mercúrio ou entregá-lo ao crime organizado.

Atualização das Ações de Implementação e Projetos

Sobre as Medidas Administrativas e Regulatórias (Lâmpadas):

Cândida Maria de Oliveira Virgens Paim (IBAMA) informa sobre o comunicado publicado em 8 de agosto, que proibiu a importação de lâmpadas de mercúrio com prazo de *phase out* em 2020.

Cândida Maria de Oliveira Virgens Paim (IBAMA) esclarece que os próximos desafios são as lâmpadas com prazos de finalização em 2025, 2026 e 2027 são o próximo foco. O desafio reside na falta de NCMs específicas para as novas lâmpadas incluídas por emendas, o que dificulta a operacionalização das restrições.

Ana Caroline Suzuki Bellucci (MDIC) sugere a criação de um "destaque" dentro das NCMs existentes para capturar produtos com mercúrio, o que é mais simples do que criar novas NCMs.

Washington Leonardo Guanaes Bonini (MDIC) reforça que a NCM/HS tem natureza eminentemente fiscal, e sua limitação impede o controle de composição ou qualidade, o que exigiria a criação de outras estratégias legais.

Jeffer Castelo Branco (ACPO) questionou a verificação do teor de mercúrio nas lâmpadas importadas, sugerindo a análise de amostras no porto antes do descarregamento para garantir o cumprimento das especificações.

Controle do Comércio de Mercúrio (IN 26/2024 - IBAMA)

Cândida Maria De Oliveira Virgens Paim (IBAMA) esclarece que a IN 26/2024 exige habilitação prévia para toda operação com mercúrio, o que paralisou as importações/transferências em 2025. O IBAMA está desenvolvendo um novo Sistema de Controle do Mercúrio com verbas do Fundo Amazônia para substituir o antigo e simplificado "relatório mercúrio metálico".

Zuleica Nycz (TOXISPHERA) questiona se o controle abrange a compra de cápsulas de amálgama dentário.

Cândida Maria De Oliveira Virgens Paim (IBAMA) esclareceu que o IBAMA controla o mercúrio a granel, sendo o mercúrio encapsulado é de competência da ANVISA.

Gustavo Caminoto Geiser (Polícia Federal) afirma que o maior problema na região norte é o contrabando de mercúrio em grandes volumes (garrafões), e não o material odontológico adquirido pela internet.

Indústria Cloro-Álcalis e Eliminação do Mercúrio

A coordenadora do GT, Thaianne Resende Henriques Fabio (MMA), informa que três empresas estão em processo de *phase out* até dezembro de 2025. O workshop inicial do projeto GEF ocorreu em 20 de agosto, e o documento final (prodoc) será submetido ao GEF até o final de setembro.

Nelson Felipe Junior (ABICLOR) informa que o setor trabalha para que o mercúrio metálico do descomissionamento (Fase 1) seja estabilizado na forma de sulfeto e enviado para minas de sal na Alemanha. O mercúrio será acondicionado em containers de duas toneladas. O projeto GEF cobre as Fases 1 e 2 (tratamento de peças contaminadas), mas a Fase 3 (tratamento de solo/mercúrio residual) não está coberta. O volume de mercúrio (anteriormente 240 t) está sendo reavaliado.

Monitoramento em Terras Indígenas, Saúde Humana e Resíduos

Thaianne Resende Henriques Fabio (MMA) relata que o projeto de monitoramento concluiu o primeiro ciclo no território Yanomami, e que novos projetos estão sendo expandidos para as Terras Indígenas Munduruku (em parceria com IAMER/UFPA) e Kayapó (com recursos do governo alemão, Fiocruz e Abrasco).

Maria Elena Crespo Lopez (UFPA) informa que o Instituto IAMER, com recursos do Ministério da Justiça, está realizando monitoramento de mercúrio em populações urbanas e vulneráveis na Amazônia em quatro estados.

Aristeu de Oliveira Junior (MS) reporta que o Ministério da Saúde está trabalhando para atualizar o levantamento de 2019 sobre o volume de termômetros e esfigmomanômetros com mercúrio retirados de uso em hospitais do SUS, incluindo hospitais universitários.

Thaianne Resende Henriques Fabio (MMA) fala sobre a destinação de mercúrio apreendido e explica que o MMA não conseguiu prosseguir com a licitação de kits de acondicionamento para mercúrio apreendido porque não é órgão fiscalizador.

Plano de Ação para *Phase Down* e *Phase Out* de Amálgama Dentário

Marcus Cristian Muniz Conde (MS) afirma que o MS não tem um posicionamento formal de *phase out*. A estimativa mais factível (viável) é 2040, devido à complexidade de gerenciar a rede de mais de 30.000 dentistas e à falta de evidências científicas consistentes que liguem as restaurações existentes a danos diretos à saúde dos pacientes.

Marcus Cristian Muniz Conde (MS) afirma que o uso de amálgama já é mínimo no SUS e no setor privado, e o MS está trabalhando para retirar o ensino prático do amálgama dos currículos.

Maria Elena Crespo Lopez (UFPA) expressa preocupação com a ausência de um cenário de descontinuação (mesmo a longo prazo), destacando o risco de criar "duas classes de cidadãos" (aqueles que podem pagar por tratamento sem mercúrio).

Zuleica Nycz (TOXISPHERA) contesta o prazo de 2040. Menciona medições com o aparelho Lumex que detectaram altos níveis de Mercúrio em consultórios, indicando exposição ocupacional. Zuleica Nycz (TOXISPHERA) defende a aplicação do princípio da precaução e criticou o MS por incentivar indiretamente o comércio e a mineração de mercúrio.

Jeffer Castelo Branco (ACPO) argumenta que evidências de danos existem e criticou a postura do MS de adiar o *phase out* para 2040, classificando-o como "inaceitável". Desafiou o Brasil a aceitar o prazo de 2030 (proposta da África) e, se necessário, pedir isenções apenas para casos específicos (como PCDs). Jeffer Castelo Branco (ACPO) menciona que dois projetos de lei tramitam no Congresso (PL 3098/2021 e PL 5482/2023) sobre o *phase out*.

Patrícia Moura Dias (FUNDACENTRO) questiona a retirada do ensino do amálgama, pois os futuros dentistas precisam ser treinados sobre a retirada segura de restaurações antigas, crucial para a saúde ocupacional.

João Paulo de Sousa Vieira (MRE) pergunta sobre os custos e a longevidade dos materiais substitutos (resinas compostas) em comparação com o amálgama, dado o uso em regiões mais vulneráveis.

Marcus Cristian Muniz Conde (MS) responde que resinas compostas têm longevidade superior ao cimento de ionômero de vidro, mas são muito sensíveis à técnica, o que compromete a duração em unidades de saúde sem estrutura tecnológica adequada.

Plano de Mitigação dos Impactos do Mercúrio no Ambiente Amazônico (WWF)

Ariene Cerqueira (WWF) apresenta o Plano de Mitigação, lançado em fevereiro de 2025, focado na persistência do mercúrio no ambiente mesmo após a paralisação do garimpo.

O plano se concentra em 3 eixos principais:

1. Saúde: Estabelecer critérios de monitoramento (especialmente em gestantes), e definir parâmetros seguros nacionais.

2. Segurança Alimentar: Estimular pesquisas sobre alimentos e nutrientes que neutralizem o mercúrio (como castanha-do-brasil), adaptar cestas básicas a dietas locais e garantir proteção social para pescadores.

3. Segurança Hídrica: Modelagem da dinâmica de contaminação e implementação de programas de saneamento e acesso a água potável, frequentemente exigindo o fornecimento de energia elétrica.

Relato da Reunião do GRULAC e Preparação para a COP 6

João Paulo (MRE) informa sobre a reunião preparatória do Grupo da América Latina e Caribe (GRULAC) agendada para 3 e 4 de setembro.

• Amálgama Dentário: Será um tema central, incluindo a proposta de *phase out* para 2030 (proposta da África).

• Posição do Brasil: O Brasil avançará no *phase down*, mas não pode se comprometer com o *phase out* até 2030, alegando aspectos técnicos.

• Proposta de CRP (Conference Room Paper): O Brasil apresentará uma proposta de CRP na COP 6 focada em financiamento específico para monitoramento de mercúrio em terras indígenas e populações vulneráveis.

Encaminhamentos e Próximos Passos

• Continuidade da planilha de ações: É agendada uma nova reunião para 9 de setembro de 2025, às 14:00, para continuar a discussão e finalizar o preenchimento da planilha de ações.

• Inventário de emissões: O MMA solicita a colaboração de todos para a atualização do inventário.

Mariana de Araujo Ferreira (MME) sugere que o MMA utilizasse o capítulo de emissões já elaborado pelo Projeto Ouro Sem Mercúrio para subsidiar a parte de MAPE no inventário nacional.

• Amálgama dentário: Marcus Cristian Muniz Conde (MS) ficou encarregado de enviar as 14 ações de *phase down* estruturadas pelo MS e formalizar a posição do Ministério.

Jeffer Castelo Branco (ACPO) encaminhará os projetos de lei (PL 3098/2021 e PL 5482/2023) para o GT.

• Lâmpadas/Comunicação: Washington Leonardo Guanaes Bonini (MDIC) sugere que a CONASQ é o lócus ideal para centralizar a comunicação das futuras restrições de lâmpadas para o setor privado, após a articulação técnica entre IBAMA, INMETRO e MDIC.

• MRE/MPI: João Paulo de Sousa Vieira (MRE) confirmou que o MRE entraria em contato com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) para definir um representante para a coordenação.

Encerramento:

A Coordenadora do GT, Thaianne Resende Henriques Fabio (MMA), agradeceu a participação de todos, aguardando o posicionamento formal do Ministério da Saúde.